Programa EUROCLIMA

Diálogo País no marco da solicitação do Brasil para apoio na promoção de soluções que levem a uma redução da incidência de desastres relacionados ao clima em áreas rurais e urbanas da região do Rio Grande do Sul, a fim de melhorar a competitividade, a adaptação às mudanças climáticas e o acesso a financiamentos e investimentos climáticos (Ação 1 do Plano de Ação Pais 2025-2026)

Termo de referência

Promover mecanismos financeiros que permitam canalizar fundos internacionais para financiar atividades associadas a gestão de desastres climáticos – Guia de financiamento climático

15/12/2025

Índice

1. Informação geral 2

2. Contexto e Justificativas 2

3. Descrição oferta 3

4. Perfil Requerido 5

4.1. Qualificação e Experiência do Proponente 5

4.2. Experiência e Competências Profissionais Específicas 5

4.3. Outros requisitos 5

5. Proposta Financeira e Pagamentos 6

6. Procedimento para Apresentação de Ofertas 6

# Informação geral

|  |  |
| --- | --- |
| Título | Promover mecanismos financeiros que permitam canalizar fundos internacionais para financiar atividades associadas a gestão de desastres climáticos – Guia de financiamento climático |
| Beneficiários | Município de Cruzeiro do sul no Rio Grande do Sul  MIDR - SEDEC |
| País | Brasil |
| Período para realização do trabalho | 6 meses |
| Data limite | 30/01/2026 |

# Contexto e Justificativas

## 2.1 Expertise France

Expertise France (expertisefrance.fr) é uma agência pública de cooperação técnica

internacional. A agência atende as necessidades de assessoria técnica de países parceiros nos principais aspectos da ação pública: governança democrática e financeira, segurança, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano. Devido à sua ação no campo contribui para os objetivos de solidariedade e de influência da política de desenvolvimento francesa e europeia.

Desde o 1º de janeiro de 2022, Expertise France é filial da [Agência Francesa de Desenvolvimento](https://www.afd.fr/es/grupo-afd) (Grupo AFD). Em 2023, seu volume de atividade foi de 390 milhões de euros, intervindo em 147 países e 27 territórios com mais de 350 projetos. A Expertise France tem mais de 700 empregados na sede em Paris e mais de 1300 trabalhadores no terreno.

Na América Latina, a Expertise France atua principalmente com programas regionais, como o Euroclima. Em outubro de 2018, o primeiro escritório da Expertise France foi inaugurado em Bogotá, Colômbia.

## 2.2 O programa Euroclima

Por meio da "Iniciativa para a Transição Verde da América Latina e Caribe" da Comissão Europeia, a União Europeia financia o programa [EUROCLIMA](https://www.euroclima.org/en/). Seu principal objetivo é contribuir para a Transição Verde na América Latina e no Caribe, apoiando esforços para mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas, bem como para proteger e conservar a diversidade biológica nos 33 países da região.

O Euroclima apoia o desenvolvimento, a implementação e o monitoramento de Estratégias de Longo Prazo alinhadas às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) dos países da América Latina e do Caribe, bem como seus compromissos com o marco global de biodiversidade pós-2020. O programa é implementado por cinco agências de países-membros da União Europeia e duas agências das Nações Unidas, incluindo a Expertise France.

Durante a Fase 3 do programa, a Expertise France liderou o setor "Florestas, Biodiversidade e Ecossistemas" (BBE) e foi responsável por fornecer assistência técnica no setor "Produção Resiliente de Alimentos" (PRA).

A partir de 2021, com o início da Fase 4, foi introduzido o mecanismo de "Diálogo entre Países", que coordena Pontos Focais Nacionais (PFNs), ministérios setoriais e instituições relevantes para definir, programar e implementar ações prioritárias. Essa metodologia permite a identificação conjunta com o país das necessidades de assistência técnica e a definição das ações mais adequadas com base na política climática do país e na capacidade do programa de atender à solicitação.

A Fase 5, "Transição Verde" ("EUROCLIMA LAC"), iniciada em 2023, dá continuidade a essa metodologia e tem a biodiversidade e as mudanças climáticas como eixos principais do programa.

A Expertise France concentra suas intervenções nas linhas de ação "Políticas, planos e instituições relacionadas ao clima", "Acesso a financiamento e investimento" e "Coordenação entre setores, entre níveis de governo e múltiplas partes interessadas", e garante a capitalização de experiências de projetos em andamento nos setores "BBE" e "PRA".

EUROCLIMA se insere na convergência estratégica entre a iniciativa Global Gateway da União Europeia e seu Plano de Ação de Gênero III (GAP III), estabelecendo um novo paradigma onde a transição ecológica é indissociável da justiça social. Sob esse marco, os investimentos do Global Gateway [[1]](#footnote-2)em infraestruturas verdes não buscam apenas a descarbonização e a resiliência climática, mas são desenhados como veículos de empoderamento para fechar as brechas de gênero. O EUROCLIMA operacionaliza essa visão ao integrar de maneira transversal a abordagem de gênero em seus diálogos políticos e projetos-piloto, assegurando que as mulheres e as comunidades vulneráveis não sejam meras espectadoras, mas agentes ativas na governança dos recursos naturais e na economia circular. Assim, o programa garante que cada euro investido gere um dividendo duplo: acelerar a transição para economias neutras em carbono e construir sociedades mais equitativas, demonstrando que a sustentabilidade ambiental e a igualdade de gênero são pilares interdependentes para o desenvolvimento duradouro da América Latina e do Caribe.

Euroclima no Brasil

Em 2024, foi realizado o Segundo Diálogo de Países entre o Brasil e o programa EUROCLIMA, por meio do qual essas áreas temáticas foram priorizadas: 1) Redução do Risco de Desastres (RRD), 2) Bioeconomia, e 3) Estratégia de descarbonização.

Destas, foram delineadas três ações prioritárias a serem executadas pelas agências implementadoras do EUROCLIMA.

Especificamente, a Ação Priorizada 1, “Promoção da Resiliência Climática na Região do Rio Grande do Sul: Promover soluções que levem a uma redução da incidência de desastres relacionados ao clima em áreas rurais e urbanas da região do Rio Grande do Sul, a fim de melhorar a competitividade, a adaptação às mudanças climáticas e o acesso a financiamentos e investimentos climáticos”, em seu componente 2 (objetivo 2) “Contribuir à redução dos riscos de desastres, em coordenação entre os diferentes atores envolvidos na GRC, bem como promover mecanismos financeiros que permitam canalizar fundos internacionais para financiar atividades associadas a esta gestão”, é executada pela Expertise France.

Através das atividades a serem desenvolvidas no âmbito do componente 2 da ação 1, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

1. Uma melhor identificação e adopção, pelos diferentes atores envolvidos na resiliência climática no Brasil, de soluções tecnológicas inovadoras (em planificação urbana e não urbana) para reduzir os riscos de desastres associados à mudança climática, além da incorporação dos temas de acesso a financiamentos.
2. Um melhor acesso a mecanismos de financiamento nacionais e internacionais para implementação de ações de resiliência climática nos níveis federal, estadual e municipal.

A fim de garantir que os resultados previstos sejam efetivos e abrangentes, é fundamental que ambos incorporem uma perspectiva de género inclusiva, promovendo a participação equitativa de mulheres e grupos historicamente subrepresentados em todas as etapas das ações voltadas à resiliência climática e ao acesso ao financiamento. Essa abordagem fortalece a justiça social, a sustentabilidade dos projetos e contribui para que as estratégias de enfrentamento e recuperação de desastres climáticos considerem as diferentes vulnerabilidades e capacidades presentes na sociedade brasileira, promovendo soluções mais integradas e eficientes.

Por meio desta chamada de propostas, a Expertise France busca uma equipe de consultoria para elaborar um guia de acesso ao financiamento, tanto para fundos de prevenção quanto para fundos de reação pós-desastre e reconstrução, destinado a todos os atores envolvidos na gestão de riscos climáticos do Brasil. Assim, possibilitando a obtenção do resultado número 2.

## 2.3 Justificativa

Um dos principais desafios na gestão de riscos e de desastres no Brasil inclui a combinação de mudanças climáticas e fenômenos climáticos regionais como o El Niño, que exacerbam a frequência e a intensidade de eventos meteorológicos extremos. A colisão de massas de ar tropicais e polares na região frequentemente leva a tempestades severas e chuvas intensas. Além disso, vulnerabilidades de infraestrutura, como sistemas de drenagem inadequados e diques mal-conservados, contribuem para a gravidade dos impactos das inundações. Lidar com esses desastres requer uma abordagem multifacetada, incluindo a melhoria da resiliência da infraestrutura, o aprimoramento dos sistemas de alerta precoce e a implementação de estratégias eficazes de adaptação climática em vários níveis.

Desastre do Rio Grande do Sul - 2024

Em 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou o maior desastre de sua história. Chuvas intensas, enxurradas e inundações atingiram 452 dos 497 municípios (cerca de 25.000 km² ficaram inundados), afetando mais de 2,39 milhões de pessoas. Em 1º de maio, o governo estadual decretou estado de calamidade pública. Segundo a Defesa Civil, foram registrados 185 mortos, 23 desaparecidos, e mais de 537 mil pessoas desalojadas. As operações de resgate mobilizaram bombeiros, Forças Armadas e voluntários, resultando na retirada de 82.666 pessoas e cerca de 15.000 animais.

O governo federal lançou a plataforma “Brasil Unido pelo Rio Grande do Sul”, centralizando informações e serviços emergenciais. Em um mês, o site teve quase 500 mil acessos, oferecendo apoio para o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, localização de hospitais de campanha, transporte de doações e rastreamento de áreas afetadas. A plataforma também trouxe transparência sobre os recursos públicos aplicados.

Para a reconstrução, o governo estadual já repassou mais de R$ 101 milhões a municípios afetados, atendendo 288 municípios com repasses de R$ 200 mil cada (totalizando R$ 57,6 milhões).

No âmbito federal, a SEDEC repassou ao Estado do Rio Grande do Sul R$ 3,5 bilhões dos R$ 4,8 bilhões destinados a emergências em todo o Brasil em 2024, incluindo apoio direto à população, ao Estado e aos municípios em resposta e recuperação. Somente para a resposta imediata, foram R$ 1,3 bilhão, além de R$ 2 bilhões para o “Auxílio Reconstrução”. A SEDEC aprovou 1.544 planos de trabalho para municípios afetados, com foco em assistência humanitária, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução.

A gravidade do desastre de 2024 evidenciou fragilidades nas infraestruturas críticas (saneamento, drenagem, habitação, transporte) e na coordenação das ações de adaptação e recuperação. Mas além disso, revelou a fragilidade estrutural dos mecanismos de financiamento disponíveis para gestão de riscos no Brasil. Apesar de esforços coordenados entre os entes federativos, a magnitude da tragédia, evidenciou os limites operacionais e orçamentários do modelo tradicional.

Nesse cenário, torna-se evidente a necessidade de diversificação das fontes de financiamento, com especial atenção ao potencial ainda subutilizado dos fundos climáticos nacionais e internacionais. O Brasil é elegível para uma série de mecanismos multilaterais, como o Fundo Verde para o Clima (GCF), o Fundo de Adaptação (Adaptation Fund) e o Global Environment Facility (GEF), que podem apoiar projetos voltados à adaptação e resiliência climática, desde que alinhados a estratégias nacionais e apresentados com solidez técnica. No entanto, o acesso a esses recursos requer planejamento prévio, articulação institucional e qualificação técnica para formulação de propostas.

Além dos fundos multilaterais, existem oportunidades crescentes de cooperação financeira por meio de bancos de desenvolvimento, agências de cooperação e fundos temáticos vinculados a programas específicos. Tais mecanismos podem oferecer recursos não reembolsáveis, assistência técnica ou empréstimos em condições favoráveis, desde que vinculados a planos de ação climática integrados, que articulem mitigação, adaptação e co-benefícios sociais.

O setor privado também representa uma via estratégica a ser mobilizada, por meio de instrumentos como títulos verdes (green bonds), blended finance e parcerias público-privadas orientadas para infraestrutura resiliente. Empresas do setor de seguros, tecnologia e construção podem contribuir com financiamento, inovação e execução, especialmente em soluções baseadas na natureza, sistemas de alerta precoce e modelos de reconstrução sustentável. Para isso, é necessário criar marcos regulatórios claros, fomentar garantias de risco e incentivar arranjos cooperativos multissetoriais. A reconstrução do Rio Grande do Sul, portanto, pode se tornar uma oportunidade concreta de modernizar os mecanismos de financiamento para desastres e alinhar a resposta climática brasileira com os padrões internacionais de resiliência e justiça climática.

Nesse contexto, a escolha de Cruzeiro do Sul como município piloto se deve ao fato de suas características serem semelhantes às de muitos municípios de pequeno porte sujeitos a eventos climáticos recorrentes. Com a 2.685ª posição entre os 5.571 municípios brasileiros em termos populacionais, o município apresenta um perfil que permite desenvolver orientações e metodologias que poderão ser utilizadas em outras localidades de porte similar. Cruzeiro do Sul também recebeu cerca de R$ 6,5 milhões da SEDEC em ações pós-desastre, valor próximo à média repassada aos municípios gaúchos após o desastre de 2024, o que indica a relevância dos impactos locais. Essas condições sugerem que o município oferece um contexto adequado para testar e ajustar soluções voltadas ao fortalecimento da resiliência e ao acesso a financiamentos climáticos.

Adicionalmente, é importante reconhecer que os desastres climáticos no Brasil — e particularmente no Rio Grande do Sul — apresentam impactos diferenciados por gênero. Mulheres, especialmente aquelas em áreas rurais, chefes de família, trabalhadoras informais, cuidadoras, mulheres idosas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, enfrentam maior exposição à vulnerabilidade socioeconômica, menor acesso a financiamento e créditos formais, barreiras à participação em processos de decisão e menor acesso a informações de alerta e a serviços financeiros. Em eventos extremos, aumentam também os riscos de violência baseada em gênero, interrupção de redes de cuidado e limitações na mobilidade.

No município de Cruzeiro do Sul e em outros municípios do Vale do Taquari, dados locais indicam que mulheres possuem menor acesso a crédito produtivo, seguro rural, programas de financiamento e assistência técnica, o que limita sua capacidade de adaptação e recuperação pós-desastre. Assim, qualquer mecanismo de financiamento climático ou de gestão de risco deve necessariamente incluir princípios de igualdade de gênero, análise de impactos diferenciados e recomendações para garantir que mulheres, meninas e pessoas de identidades de gênero diversas possam acessar de forma equitativa os fundos e benefícios.

Essas desigualdades estruturais também se refletem no acesso ao financiamento climático: mulheres agricultoras, empreendedoras rurais ou urbanas, lideranças comunitárias e gestoras públicas enfrentam dificuldades maiores para acessar recursos, participar de capacitações, integrar projetos financiáveis ou transitar em circuitos técnicos de elaboração de propostas. Da mesma forma, as instituições públicas frequentemente carecem de instrumentos, métricas e capacidades para incorporar gênero nos critérios de elegibilidade e nos modelos de financiamento.

Assim, o desenvolvimento de um guia de acesso ao financiamento climático que integre o enfoque de gênero não é apenas uma diretriz metodológica, mas uma condição estrutural para assegurar que os recursos para prevenção, preparação, resposta e reconstrução sejam distribuídos de forma equitativa e contribuam para a redução das desigualdades preexistentes.

Marcos Internacionais e Nacionais Relacionados a Gênero, Clima e Gestão de Riscos

Diversos acordos e iniciativas internacionais orientam as ações do Brasil no enfrentamento das mudanças climáticas, na promoção da igualdade de gênero e na gestão de riscos de desastres. Alguns são:

* Programa de Trabalho de Lima sobre Gênero: Programa da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) que incentiva uma ação climática responsiva ao gênero, integrando essa perspectiva em políticas e projetos climáticos.
* Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015-2030): Marco internacional enfatiza a necessidade de integrar a perspectiva de gênero na gestão de risco de desastres, reconhecendo que mulheres e homens vivenciam de formas distintas os impactos dos desastres e têm diferentes capacidades de resposta.
* Plano de Ação de Gênero de Belém (GAP 2026–2034): Reforça a importância de identificar impactos diferenciados e gera bases para a implementação de mecanismos sensíveis a gênero que permitam o acesso direto de organizações de mulheres e iniciativas comunitárias ao financiamento climático.

No âmbito nacional, o Brasil conta com políticas e iniciativas específicas que consolidam o compromisso com a adaptação climática, a gestão de riscos e a promoção da igualdade de gênero. Por exemplo:

* Plano Nacional de Adaptação (PNA): Instrumento estratégico do governo brasileiro para orientar ações de adaptação às mudanças climáticas, considerando vulnerabilidades nacionais.
* Lei 12.608/2012 – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil: Estabelece diretrizes para a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação em situações de desastres, incorporando princípios de proteção social.
* Agenda PAG (Política de Ação de Gênero): Política voltada para a promoção da igualdade de gênero no contexto brasileiro, fortalecendo a participação e proteção de mulheres em diferentes esferas.

# Descrição oferta

## Objetivos

### Objetivo Geral

O objetivo da convocatória é contratar uma equipe de consultoria, que elabore um guia de acesso ao financiamento, tanto para fundos de prevenção quanto para fundos de reação pós-desastre e recuperação, destinado a todos os atores envolvidos na gestão de riscos do Brasil. O guia deve transversalizar a perspectiva de gênero de forma integral, incluindo análise, indicadores, recomendações operacionais e critérios de elegibilidade sensíveis a gênero para mecanismos financeiros climáticos.

### Objetivos Específicos

Está previsto contribuir à promoção de mecanismos financeiros que permitam canalizar fundos internacionais para financiar atividades associadas a gestão de riscos e de desastres no Brasil, com:

1. Uma guia de acesso ao financiamento climático acessível e multiformato que permita a compreensão dos diferentes mecanismos de financiamento.
2. Um programa estruturado de capacitação, a partir do guia, voltado para gestores públicos e técnicos das áreas de planejamento, defesa civil, meio ambiente e infraestrutura dos órgãos de diferentes níveis envolvidos na gestão de riscos e de desastres.

Todos os objetivos específicos deverão integrar a igualdade de gênero como princípio metodológico, garantindo que o guia e o programa de capacitação façam uma análise de gênero, e abordem riscos climáticos diferenciados para mulheres e homens; barreiras de acesso ao financiamento para mulheres; orientações para incorporar gênero em propostas submetidas a fundos climáticos; e ações afirmativas quando aplicável.

## Produtos Esperados

1. A) Documento diagnóstico e mapeamento sobre a situação, as limitações e os desafios, particularmente a nível municipal, do financiamento para atividades associadas a gestão de riscos e de desastres no Brasil. O diagnóstico deverá incluir uma análise de gênero sobre desigualdades e barreiras de acesso (por gênero, raça, etnia, localização geográfica e status socioeconômico) ao financiamento climático e à gestão de riscos, considerando dados locais de Cruzeiro do Sul. B) Produto 1. Plano de trabalho do projeto. O plano de trabalho deverá apresentar claramente como a perspectiva de gênero será integrada nas atividades, instrumentos, cronograma, indicadores e processos de consulta.
2. Catálogo de ações de adaptação e recuperação com foco em soluções inovadoras para o município de Cruzeiro do Sul/RS, com uma seção dedicada a ações ao nível estadual (Rio Grande do Sul) e outra seção com potencialidades para outros municípios e estados do Brasil. O catálogo deve, a partir de uma análise de gênero(riscos diferenciais para mulheres, acesso desigual aos fundos, necessidades específicas de financiamento para mulheres líderes), incluir uma seção sobre ações de adaptação e recuperação com foco em gênero, mulheres e população LGBTQIA+, identificando iniciativas econômicas lideradas por mulheres (agricultura, cooperativas, serviços) e boas práticas internacionais e nacionais de adaptação e recuperação sensíveis ao gênero.
3. Guia de acesso ao financiamento climático para atividades associadas a gestão de riscos e de desastres no Brasil. O guia deverá conter um capítulo específico sobre financiamento climático com enfoque de gênero, contendo: critérios de elegibilidade, exemplos de propostas aprovadas, indicadores obrigatórios e orientações para garantir a participação de mulheres na formulação de projetos.
4. Programa de capacitação estruturado, a partir do guia, voltado para gestores públicos e técnicos das áreas de planejamento, defesa civil, meio ambiente e infraestrutura dos órgãos de diferentes níveis envolvidos na gestão de riscos que tenha como resultado final a produção de proposta de projeto (formulário de identificação de projeto, nota conceitual ou instrumento semelhante) para uma das ações identificadas no produto 2, a ser apresentado à pelo menos uma das fontes de financiamento identificadas (documento de metodologia e, material educativo e informativo e proposta de projeto). O programa de capacitação deve integrar módulos sobre: transversalização de gênero em projetos climáticos; requisitos de gênero de fundos internacionais (GCF, AF, GEF); coleta de dados desagregados; metodologias participativas para assegurar a participação de mulheres gestoras e lideranças comunitárias.
5. Relatório do piloto de implementação do programa em Cruzeiro do Sul/RS. O relatório e os ajustes que forem feitos a partir dele, devem permitir avaliar se o programa e o guia melhoram o acesso equitativo de mulheres a mecanismos de financiamento climático e se reduzem barreiras estruturais.
6. Metodologia e/ou material educativo/informativo ajustados.
7. Guia de acesso ao financiamento climático ajustado.

Todos os produtos deverão ser entregues em português, seguindo as diretrizes de comunicação da Expertise France e do Euroclima e de acordo com as condições e prazos estabelecidos em contrato.

## Principais Atividades

1. Revisão documental e coleta de informação primária sobre a situação, as limitações e os desafios, particularmente a nível municipal, do financiamento para atividades associadas a gestão de riscos e de desastres climáticos no Brasil. Incluir diagnóstico de barreiras de gênero no acesso ao financiamento.
2. Identificação de ações de adaptação e recuperação com foco em soluções inovadoras no município de Cruzeiro do Sul/RS de potencialidades para outros municípios do País. Garantir que as ações identificadas considerem prioridades de mulheres agricultoras, empreendedoras e profissionais do setor público.
3. Desenvolvimento de catálogo com essas ações de adaptação e recuperação com foco em soluções inovadoras no município de Cruzeiro do Sul/RS, com uma seção dedicada ao nível estadual (Rio Grande do Sul) e outra seção com potencialidades para outros municípios e estados do País.
4. Redação e validação de um guia de acesso ao financiamento climático para atividades associadas a gestão de riscos e de desastres climáticos no Brasil. Elaborar roteiros e fluxogramas de acesso para diferentes tipos de atores (governos municipais, ONGs, associações de mulheres, empreendedoras, povos tradicionais).
5. Desenvolvimento de um programa de capacitação, a partir do guia, voltado para gestores públicos e técnicos das áreas de planejamento, defesa civil, meio ambiente e infraestrutura dos órgãos de diferentes níveis envolvidos na gestão de riscos climáticos que preveja como resultado a produção de proposta de projeto (formulário de identificação de projeto, nota conceitual ou instrumento semelhante) a ser apresentada a pelo menos uma das fontes de financiamento identificadas. Criação de um documento de metodologia, de material educativo e informativo e de proposta de projeto. Assegurar participação significativa das mulheres nos workshops e metodologias inclusivas.
6. Piloto de implementação do programa em Cruzeiro do Sul/RS.
7. Desenvolvimento de critérios de avaliação e avaliação dos resultados do piloto.
8. Revisão do guia de acesso ao financiamento climático e/ou a metodologia do programa com base nos resultados.

**Operacionalização da Transversalidade de Gênero**

A presente consultoria deverá integrar os seguintes eixos estratégicos:

* + - 1. *Análise Interseccional:* Integração transversal das dimensões de gênero, raça, etnia, classe e localização geográfica para compreender as múltiplas camadas de vulnerabilidade.
         * Análise diagnóstica sistêmica: Para além da cartografia dos riscos físicos, o diagnóstico deverá objetivar os viéses estruturais dos circuitos financeiros atuais (análise das taxas de rejeição diferenciadas, identificação dos entraves administrativos e socioeconômicos específicos às mulheres).
      2. *Inclusão Participativa:* Reposicionamento das mulheres como co-produtoras ativas de conhecimento e soluções, superando a visão passiva de meras beneficiárias.
      3. *Transformação vs. Integração:* Foco na transformação estrutural dos sistemas de poder, em vez de apenas "adicionar" mulheres a estruturas existentes.
* Engenharia financeira inclusiva: Espera-se que os guias metodológicos proponham mecanismos de mitigação das barreiras de entrada, tais como o reconhecimento de garantias alternativas e solidárias ou a simplificação dos procedimentos de due diligence para as organizações lideradas por mulheres.
* Orçamentação sensível e reponsiva ao gênero: O Catálogo de Ações deverá demonstrar uma alocação de recursos direcionada, visando não apenas a resiliência da infraestrutura, mas também (quando possível) o fortalecimento do capital humano e econômico feminino (financiamento de infraestruturas de cuidado, apoio técnico à liderança empreendedora).
  + - 1. Monitoramento de desempenho transformacional: O sistema de monitoramento e avaliação deverá ter métricas de impacto qualitativo.
      2. *Valorização dos Saberes Locais:* Reconhecimento e respeito pelos conhecimentos tradicionais e ancestrais detidos pelas mulheres em seus territórios.
      3. *Accountability:* Estabelecimento de mecanismos claros e transparentes de prestação de contas, especialmente às comunidades de mulheres.

## Tempo de Implementação

O tempo de implementação será entre novembro 2025 e maio de 2026.

|  |  |
| --- | --- |
| Produto | Prazo de entrega |
| Notificação do contrato | T0 |
| Produto 1.   1. Documento diagnóstico e mapeamento sobre a situação, as limitações e os desafios, particularmente a nível municipal, do financiamento para atividades associadas a gestão de riscos e de desastres no Brasil. O diagnóstico deverá incluir uma análise de gênero sobre desigualdades e barreiras de acesso (por gênero, raça, etnia, localização geográfica e status socioeconômico) ao financiamento climático e à gestão de riscos, considerando dados locais de Cruzeiro do Sul. 2. Plano de trabalho do projeto. O plano de trabalho deverá apresentar claramente como a perspectiva de gênero será integrada nas atividades, instrumentos, cronograma, indicadores e processos de consulta. | T0 + 15 dias corridos |
| Produto 2. Catálogo de ações de adaptação e recuperação com foco em soluções inovadoras para o município de Cruzeiro do Sul/RS, com uma seção dedicada a ações ao nível estadual (Rio Grande do Sul) e outra seção com potencialidades para outros municípios e estados do Brasil. O catálogo deve, a partir de uma análise de gênero (riscos diferenciais para mulheres, acesso desigual aos fundos, necessidades específicas de financiamento para mulheres líderes), incluir uma seção sobre ações de adaptação e recuperação com foco em gênero, mulheres e população LGBTQIA+, identificando iniciativas econômicas lideradas por mulheres (agricultura, cooperativas, serviços) e boas práticas internacionais e nacionais de adaptação e recuperação sensíveis ao gênero.  Produto 3. Guia de acesso ao financiamento climático para atividades associadas a gestão de riscos e de desastres no Brasil. O guia deverá conter um capítulo específico sobre financiamento climático com enfoque de gênero, contendo: critérios de elegibilidade, exemplos de propostas aprovadas, indicadores obrigatórios e orientações para garantir a participação de mulheres na formulação de projetos. | T0 + 2.5 meses corridos |
| Produto 4. Programa de capacitação estruturado, a partir do guia, voltado para gestores públicos e técnicos das áreas de planejamento, defesa civil, meio ambiente e infraestrutura dos órgãos de diferentes níveis envolvidos na gestão de riscos que tenha como resultado final a produção de proposta de projeto (formulário de identificação de projeto, nota conceitual ou instrumento semelhante) para uma das ações identificadas no produto 2, a ser apresentado à pelo menos uma das fontes de financiamento identificadas (documento de metodologia e, material educativo e informativo e proposta de projeto). O programa de capacitação deve integrar módulos sobre: transversalização de gênero em projetos climáticos; requisitos de gênero de fundos internacionais (GCF, AF, GEF); coleta de dados desagregados; metodologias participativas para assegurar a participação de mulheres gestoras e lideranças comunitárias. | T0 + 3.5 meses corridos |
| Produto 5. Relatório do piloto de implementação do programa em Cruzeiro do Sul/RS. O relatório e os ajustes que forem feitos a partir dele, devem permitir avaliar se o programa e o guia melhoram o acesso equitativo de mulheres a mecanismos de financiamento climático e se reduzem barreiras estruturais.  Produto 6. Metodologia e/ou material educativo/informativo ajustados.  Produto 7. Guia de acesso ao financiamento climático ajustado. | T0 + 6 meses corridos |

Os serviços de consultoria terão duração aproximada de seis meses a partir da data da notificação do contrato. Vale ressaltar que o prazo alocado para cada produto é flexível, dependendo dos requisitos do processo, mantendo-se a duração total da consultoria.

## Coordenação e Aprovação dos Produtos

O prestador de serviços trabalhará sob a supervisão da Expertise France e da equipe técnica da SEDEC (MIDR).

A supervisão do trabalho e a aprovação do produto serão realizadas em conjunto, e a validação formal do produto será realizada pela Expertise France.

# Perfil Requerido

## Experiência Geral do Proponente

A capacidade e a experiência em determinados temas são de grande valor para o projeto. Por conseguinte, a capacidade e a experiência nas seguintes áreas temáticas serão consideradas:

* Financiamento climático nacional e internacional
  + Conhecimento das principais fontes de financiamento.
  + Familiaridade com instrumentos financeiros inovadores (blended finance, parcerias público-privadas, garantias climáticas, etc.).
  + Mapeamento e análise de fontes de financiamento climático e de desastres
  + Levantamento e sistematização de fundos disponíveis, seus critérios, requisitos e mecanismos de acesso.
  + Experiência na captação de recursos em fundos internacionais
* Conhecimento dos marcos regulatórios e das políticas brasileiras relevantes
* Gestão de riscos e de desastres climáticos
  + Entendimento técnico dos ciclos de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres.
  + Capacidade de analisar vulnerabilidades locais, especialmente em nível municipal, e associá-las a instrumentos de financiamento.
  + Conhecimento sobre infraestrutura resiliente, planejamento urbano adaptativo e soluções baseadas na natureza.
* Capacitação e desenvolvimento institucional
  + Elaboração de programas de capacitação técnica para agentes públicos.
* Produção de materiais educativos e metodológicos voltados a públicos diversos, com linguagem acessível e tecnicamente rigorosa.
* Metodologias de ensino voltadas para adultos, aprendizagem ativa e educação continuada.
* Governança multinível e articulação interinstitucional
* Análise de políticas públicas e produção de diagnósticos técnicos
* Implementação de projetos-piloto em municípios, especialmente em contextos de vulnerabilidade climática ou pós-desastre
* Trabalho com prefeituras, defesas civis e secretarias municipais/estaduais em contexto de campo.
* Avaliação de projetos, sistematização de lições aprendidas e formulação de recomendações técnicas
* Capacidade de gestão exitosa demonstrada em projetos semelhantes.

Experiência comprovada em integração da perspectiva de gênero em políticas públicas, financiamento climático, resiliência e gestão de riscos será considerada altamente desejável.

## Experiência e Competências Profissionais Específicas

A equipe técnica responsável pela execução da consultoria deverá ser composta por, no mínimo, quatro perfis profissionais complementares, com formação acadêmica compatível e experiência prática comprovada nas áreas descritas. A seguir, apresentam-se os perfis recomendados:

**Coordenador(a) Técnico(a) Geral**

Responsável pela liderança metodológica, supervisão técnica e entrega dos produtos da consultoria. Será o principal ponto de contato com a contratante e deverá assegurar a coerência entre as diferentes etapas do projeto, a articulação entre os eixos temáticos e a integração dos resultados.

Qualificações e experiência desejadas:

* Formação superior completa em Administração Pública, Economia, Ciências Sociais, Planejamento, Gestão de Políticas Públicas, Relações Internacionais ou áreas afins;
* Pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) em áreas relacionadas à governança pública, mudanças climáticas, financiamento climático ou planejamento governamental;
* Mínimo de 10 anos de experiência profissional na coordenação de projetos técnicos ou de consultoria envolvendo políticas públicas, financiamento climático, planejamento multissetorial ou gestão de riscos;
* Conhecimento aprofundado sobre políticas nacionais de clima, financiamento para adaptação e resposta a desastres, e estruturas institucionais federativas;
* Experiência prévia com projetos financiados por cooperação internacional (União Europeia, agências de desenvolvimento, bancos multilaterais) será considerada um diferencial;
* Excelentes habilidades de articulação institucional e produção de documentos técnicos de alta complexidade.
* Experiência em transversalização de gênero em políticas climáticas será valorizada.

**Especialista em Financiamento Climático e Gestão de Riscos**

Responsável pelo mapeamento, análise e sistematização de fontes e instrumentos de financiamento climático aplicáveis à gestão de desastres, com foco nas realidades dos entes subnacionais (municípios e estados). Também contribuirá com a elaboração de diagnósticos e com a adaptação dos produtos ao contexto da política climática e de defesa civil brasileira.

Qualificações e experiência desejadas:

* Formação superior em Economia, Administração Pública, Engenharia Ambiental, Ciências Sociais, Gestão de Políticas Públicas, Planejamento Urbano ou áreas relacionadas;
* Pós-graduação em financiamento climático, gestão ambiental, planejamento urbano, políticas públicas ou áreas correlatas;
* Mínimo de 7 anos de experiência com projetos relacionados a financiamento climático (nacional ou internacional), instrumentos financeiros públicos e privados, fundos multilaterais (GCF, GEF, AF), e/ou mecanismos inovadores (títulos verdes, parcerias público-privadas, etc.);
* Experiência prévia com temas ligados à gestão de riscos e desastres, como prevenção, adaptação, infraestrutura resiliente e recuperação pós-eventos extremos;
* Capacidade de produzir guias técnicos, estudos de caso e sistematizações voltadas a gestores públicos, com foco em aplicabilidade prática.
* Conhecimento dos requisitos de gênero de fundos internacionais (GCF Gender Policy, AF Gender Guidelines, etc.).

**Especialista em Gestão de Riscos e Desastres Climáticos**

Qualificações desejadas:

* Graduação em Engenharia, Geografia, Meio Ambiente, Gestão de Riscos, Defesa Civil ou áreas correlatas;
* Pós-graduação ou especialização em Gestão de Riscos e Desastres, Mudanças Climáticas, Resiliência Urbana ou áreas afins.
* Fluência em inglês

Experiência desejada:

* Pelo menos 5 (cinco) anos de experiência em projetos relacionados à prevenção, gestão e recuperação de desastres naturais e climáticos no Brasil;
* Conhecimento das diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDC), planos de contingência e sistemas de alerta.
* Experiência prévia com gestão de riscos sensível a gênero será valorizada.

**Especialista em Capacitação e Sistematização Técnica**

Responsável pelo desenho do programa de capacitação com base no guia de financiamento, elaboração da metodologia formativa, dos materiais educativos/informativos, e pela condução e avaliação do piloto de implementação. Atuará também na sistematização de aprendizados e no ajuste final dos produtos.

Qualificações e experiência exigidas:

* Formação superior em Pedagogia, Comunicação, Ciências Sociais, Educação, Administração Pública ou áreas relacionadas;
* Pós-graduação em educação de adultos, políticas públicas, formação profissional ou áreas correlatas;
* Mínimo de 5 anos de experiência no desenvolvimento e implementação de programas de capacitação voltados à gestão pública, preferencialmente nas áreas de planejamento, defesa civil, meio ambiente e infraestrutura;
* Conhecimento de metodologias participativas, andragogia, desenvolvimento de materiais educativos (digitais e impressos), e sistematização de conteúdos técnicos de forma acessível e aplicável;
* Capacidade comprovada de integrar gênero em metodologias e conteúdos de formação;
* Habilidade para conduzir oficinas e formações presenciais e virtuais, inclusive com uso de ferramentas digitais.

## Outros requisitos

* Capacidade de trabalho interdisciplinar e articulação com diferentes níveis de governo e atores sociais;
* A composição equilibrada de gênero na equipe é fortemente recomendada e pontuada positivamente. A presença de mulheres em posições de liderança na equipe será especialmente valorizada.
* Fluência em português é obrigatória
* Todos os membros da equipe devem ter disponibilidade para viagens e atividades presenciais no município selecionado e em outros locais, conforme a necessidade do projeto.

# Proposta Financeira e Pagamentos

A proposta financeira total para o gerenciamento das passagens aéreas deve ser inferior ou igual a 115.000 EUR. Esta proposta financeira deve cobrir todos os custos associados à consultoria, incluindo os honorários da equipe e, custos de transporte para viagens (quando aplicáveis), etc. A proposta deve prever recursos para assegurar participação inclusiva (por exemplo, acessibilidade, deslocamento de mulheres rurais, logística para creches durante oficinas quando pertinente).

Condições de pagamento

|  |  |
| --- | --- |
| Produtos | % do pagamento |
| Produto 1. | 10% |
| Produto 2. y Producto 3. | 40 % |
| Produto 4. | 30 % |
| Produto 5, Produto 6 e Produto 7. | 20% |
| TOTAL | 100% |

Os pagamentos serão realizados pela Expertise France na conta indicada pelo oferente. Os pagamentos

serão feitos em EURO. Importante ressaltar que os valores aqui descritos estão em Euro, e eventual variação cambial deve ser prevista na proposta apresentada.

# Procedimento para Apresentação de Ofertas

Os fornecedores interessados ​​devem enviar os documentos no regulamento do concurso, que deve ser consultado na plataforma PLACE.

\*As páginas da oferta técnica devem estar numeradas.

\*As propostas devem ser apresentadas através da plataforma PLACE.

\*Não serão aceitas propostas apresentadas por qualquer outro meio e nem posteriores à data indicada.

1. <https://www.eeas.europa.eu/delegations/brazil/global-gateway_pt> [↑](#footnote-ref-2)